

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DO CONSELHO**
2 **MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA NO DIA VINTE E**
3 **QUATRO DE MARÇO 2015, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO**
4 **DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA - SEMDESC. HORÁRIO: 8h20min.**
5 **QUORUM DE ABERTURA:** Constatada a presença dos conselheiros (as): Lucidalva Barreto dos
6 Santos (representante da sociedade civil – Núcleo dos Assistentes Sociais - titular); Gilmar da Silva
7 Lima (representante do governo - SEMDESC); Clarice José Pires (representante da sociedade civil -
8 APAE); Neuzira Cardoso Otoni (representante da sociedade civil – Psicólogos); Dilma das Graças
9 Queiroz (representante da sociedade civil - Abrigo Frei Anselmo); e Elizênia Gomes Camacho
10 (representante sociedade civil – Associação Mão Amiga) e Rosilene Cordeiro Máximo da Cunha
11 (representante sociedade civil – Abrigo Frei Anselmo). Presentes como convidados, Nilma Vieira,
12 Fernanda Aparecida Gomes Ribeiro, Monique Vieira e Sueli Santana dos Santos. Ainda presentes,
13 Larissa Carolina de Barros Menezes, Chefe da Divisão dos Conselhos e Kamilla de Souza Sales,
14 Assessora Especial de Gabinete a serviço da SEMDESC. Lucidalva iniciou a reunião
15 cumprimentando a todos. A leitura da ata da reunião anterior foi realizada por Kamilla e em seguida
16 aprovada por unanimidade pela plenária. Passando ao primeiro ponto de pauta: **“Análise do Termo**
17 **de Convênio das Cozinhas e Padarias Comunitárias”**. Diante das discussões e graves
18 irregularidades apontadas pela comissão de fiscalização deste CMAS na última reunião, foi
19 solicitada a presença de responsável pela Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN para
20 prestar esclarecimentos quanto a como funcionaria o convênio e possibilidades de maior controle do
21 poder público. Atendendo a solicitação, a SEPLAN enviou a servidora Sueli Santana dos Santos,
22 que logo de início explicou que cabe a SEPLAN o acompanhamento de convênios que demandam
23 obras e aquisição de equipamentos, e que, quanto às cozinhas e padarias enquanto programa
24 permanente e contínuo cabe a SEMDESC designar servidor ou comissão para este fim. Informou
25 ainda que quanto ao referido programa, a SEPLAN poderia informar apenas sobre o convênio de
26 reforma e aquisição de equipamentos o qual foi cancelado porque o servidor responsável foi
27 exonerado e o prazo expirou-se. Lucidalva lembrou que as nutricionistas desempenhavam esse
28 papel quando essas profissionais faziam parte do quadro de pessoal da secretaria e que há mais de
29 dois anos o serviço funciona sem a devida fiscalização. Gilmar ressaltou que com a convocação dos
30 aprovados no Processo Seletivo Simplificado que está em andamento, o quadro deverá ser
31 recomposto e o problema solucionado. A servidora Brécia do setor administrativo da SEMDESC
32 foi chamada para prestar esclarecimento quanto à prestação de contas da empresa contratada.
33 Brécia explicou que mensalmente, a responsável pela empresa, Sr^a. Ivanete, traz para o setor
34 administrativo a nota fiscal discriminando o quantitativo de refeições oferecidas pelas cozinhas e
35 padarias e que ao setor compete apenas conferir e certificar-se do serviço como prestado, anexar à
36 nota fiscal e encaminhar para o pagamento do mesmo. Lucidalva afirmou a necessidade de revisão

37 do termo de convênio estabelecido com a empresa prestadora de serviço, uma vez que a mesma não
38 estaria cumprindo o estabelecido. Sueli esclareceu que a Controladoria Interna poderia fornecer
39 informações quanto ao convênio firmado entre PMU e empresa. Diante disso, a presidente propôs,
40 por questão de ordem, retornar a matéria para a comissão de fiscalização a qual poderia aprofundar-
41 se no assunto trazendo análise posterior à plenária, solicitando ao gestor que fosse verificado a
42 quem compete à fiscalização e acompanhamento do convênio com vistas a regularizar a situação e
43 garantir à qualidade do serviço prestado a comunidade. A presidente Lucidalva agradeceu a
44 presença das servidoras Sueli e Brésia, dando prosseguimento a reunião. Em **“Informes Gerais”**,
45 Lucidalva retomou a discussão sobre a possibilidade de prorrogação dos contratos dos servidores
46 providos pelo processo seletivo realizado no ano de 2011, tendo em vista evitar prejuízos no
47 atendimento à população e na continuidade do serviço em decorrência do desligamento de
48 servidores que foram capacitados para executar determinadas funções e serviços no decorrer na
49 vigência dos contratos. Ela relatou que representantes deste CMAS, os conselheiros Neuzira,
50 Lucidalva, Junia, Clarice e Gilmar, e ainda o gestor do Programa Bolsa Família Adão Francisco e a
51 servidora Laiane, estiveram na ocasião da última reunião ordinária na Prefeitura de Unaí para
52 discutir com o procurador do município a viabilidade do aditamento dos contratos. O procurador
53 Cléber Teixeira mais uma vez posicionou-se desfavorável a medida, afirmando que o Executivo
54 não tem autonomia para tal decisão. Após, os membros deslocaram-se para o Fórum quando
55 conseguiram falar com o promotor Dr. Rafael Moreno. Segundo Lucidalva, o promotor ouviu a
56 comissão que argumentou com base na necessidade de se manter uma referência nos serviços
57 prestados pelos servidores em questão e que o promotor decidiu por realizar audiência com
58 representantes do CMAS e representantes do Poder Executivo a confirmar-se para próximo dia 07
59 de abril às 16 horas com vistas a encontrar uma solução para o impasse. Lucidalva explicou que a
60 partir da presente data se afastaria do conselho em razão de sua licença-maternidade, e assim, pediu
61 para que os conselheiros se organizassem da melhor forma para participarem da referida audiência
62 que aguardava confirmação por parte da promotoria. Tendo sido decidido que a Secretaria
63 Executiva informaria o Poder Executivo (Procuradoria e SEGOV) e os membros representantes do
64 CMAS. O conselheiro Gilmar informou que foi procurado pela senhora Ivanete da empresa
65 terceirizada responsável pelas Cozinhas e Padarias Comunitárias, dizendo que sua empresa foi
66 notificada pelo Ministério do Trabalho e Emprego devido possíveis irregularidades na contratação
67 de mão de obra e que a mesma já estava tomando providências para regularizar a situação de seus
68 empregados. Kamilla explicou que o ofício encaminhando ao MTE a ausência de vínculo formal
69 dos trabalhadores em questão, constatada pela comissão de fiscalização deste CMAS, ainda não
70 teria sido enviado, mas que seria entregue o quanto antes. A conselheira Clarice pediu a palavra
71 para perguntar se o Conselho teria sido informado da suspensão do Auxílio Funeral, vez que a
72 APAE só tomou conhecimento na ocasião do falecimento de uma usuária e lamentou o fato da

73 SEMDESC não ter atendido a família encaminhada. Gilmar explicou que devido ao decreto que
74 determina o corte de gastos, medida recente do Governo Municipal para contenção de despesas, os
75 benefícios eventuais inclusive o auxílio funeral, foram suspensos até julho. Neuzira disse entender
76 que acompanhando o monitoramento é possível observar que não há uma demanda tão expressiva
77 do benefício mencionado, mas que isso não significa que a suspensão não acarretaria prejuízo, pois
78 afetaria uma parcela da população já bastante vulnerável. Gilmar se pronunciou lamentando a
79 grande queda na arrecadação e no repasse do Fundo de Participação dos Municípios o que tem
80 comprometido o bom andamento da administração do município e o que provocou um grande corte
81 nos gastos. Explicou que os equipamentos CRAS's e CREAS já foram comunicados da suspensão e
82 que em acordo com a empresa prestadora de serviços funerários, continuará atendendo os usuários
83 do Abrigo Frei Anselmo. Lucidalva esclareceu que a medida não afetaria o Auxílio Natalidade,
84 proveniente do recurso do Piso Mineiro. Os conselheiros se atentaram para a necessidade da
85 comissão de acompanhamento dos benefícios eventuais se reunir para planejar uma nova proposta
86 de utilização do repasse referente ao Piso Mineiro. Na oportunidade Kamilla informou que a
87 psicóloga Simone manifestou interesse de participar deste CMAS na representação da classe e que
88 gostaria de saber como poderia ser preenchida a cadeira que está vaga (suplência). Neuzira, titular
89 da representação de psicólogos, falou da dificuldade de reunir com a classe para decidir sobre tal
90 indicação. Diante a situação, Lucidalva propôs a plenária que a própria Neuzira avalie a indicação
91 da interessada para o preenchimento da cadeira, e que se for de sua vontade, seja encaminhado o
92 pedido de nomeação e posse da psicóloga para a vaga de suplente. Os conselheiros aprovaram a
93 proposta considerando a necessidade da recomposição da representação o que contribuirá com os
94 trabalhos do conselho ficando a cargo da Secretaria Executiva entrar em contato com Simone. Nada
95 mais havendo a tratar, a presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e
96 informando que o vice- presidente Gilmar, a partir da próxima reunião, passará a presidir este
97 CMAS, por motivo de sua licença-maternidade e eu, Kamilla de Souza Sales, lavrei essa ata que
98 será lida e aprovada por todos os presentes em reunião posterior. **ENCERRAMENTO: 09h31min.**